

## Destruição de laranjal pelo MST gera críticas

Presidente do Senado e parlamentares de diversos partidos reagem a ação dos sem terra em fazenda da Cutrale

**M**ostradas pela Rede Globo, as imagens de um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) destruindo um laranjal com um trator provocaram muitas críticas dos senadores em Plenário e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. A ação reacendeu a proposta de se criar uma CPI para investigar o MST. O presidente do Senado, José Sarney, reconheceu a existência de "excessos que devem ser investigados". **6**

J. Freitas



Osvaldo Sobrinho (E) e Tuma ouvem Kátia Abreu, defensora do critério da renda para definir terra produtiva

## Renda poderá ter peso maior na produtividade

A renda, e não o grau de uso da terra, pode ter peso maior no cálculo do índice de produtividade rural. A Comissão de Agricultura rejeitou ontem emendas que pretendiam derrubar essa mudança

prevista em substitutivo da senadora Kátia Abreu a projeto que altera a definição legal de propriedade produtiva para efeitos de desapropriação em projetos de reforma agrária. **7**

Gerônimo Maggela



Sarney preside a sessão em que o Senado vota acordos internacionais e operações de empréstimos. Pauta agora fica trancada por MPs

## Plenário aprova acordos e empréstimos externos

Quatro operações de crédito externo que totalizam US\$ 296 milhões foram aprovadas ontem pelo Plenário depois de receber pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Econômicos. Essas operações beneficiam os estados do Ceará (dois empréstimos), Rio

de Janeiro e Paraíba. Os recursos se destinam a projetos nas áreas de recuperação de estradas, assistência à saúde, agricultura familiar e empreendedorismo rural. Na mesma sessão, os senadores acolheram três acordos internacionais. **3**

## Sob suspeita, contratos da Petrobras causam polêmica

Senadores da oposição criticaram ontem, na CPI da Petrobras, a decisão da estatal de manter contratos com empresas indiciadas por fraudes em licitações para reforma de plataformas detectadas pela

Operação Águas Profundas, deflagrada em 2007 pela Polícia Federal. Em defesa da Petrobras, o senador Delcídio Amaral afirmou que a companhia não poderia excluir um fornecedor de seu cadastro devido

a um processo investigatório ainda inconcluso. O gerente de Serviços de Exploração e Produção, Erardo Gomes, disse que a empresa demitiu funcionários depois da Operação Águas Profundas. **5**

### Combate à violência escolar entra na LDB

O combate à violência escolar deve entrar para os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, segundo projeto aprovado pela Comissão de Educação. **2**

### Mais facilidade para mutuário de baixa renda

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais prevê financiamento de 95% do valor do imóvel a ser adquirido por mutuário de baixa renda. **8**

Waldemir Rodrigues



Delcídio (de costas) defende a Petrobras de críticas de opositoristas, como Sérgio Guerra e Alvaro Dias. Jucá e João Pedro (3º e 4º à dir.) ouvem depoimentos

Waldemir Rodrigues



Projeto de Paim acatado pela Comissão de Educação prevê mudanças como a participação de estudantes e pais na elaboração da proposta pedagógica da escola

## Proposta inclui na LDB o combate à violência escolar

O COMBATE À violência nas escolas será incluído entre os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conforme determina projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação (CE).

A proposta (PLS 178/09), que teve como relator Eduardo Suplicy (PT-SP), inclui entre os princípios que regem o ensino a "superação de todas as formas de violência, internas e exter-

nas à escola, na perspectiva de construção de uma cultura de paz". O texto modifica outros dispositivos da LDB para incluir os estudantes e seus pais ou responsáveis na elaboração do projeto pedagógico da escola e para reservar ao planejamento, pelo menos, um terço da carga horária dos profissionais de educação.

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) manifestou preocupação com a possibilidade de conflito do projeto com lei

sancionada no ano passado que trata do piso salarial dos professores, a qual destina dois terços da carga horária à interação com os alunos.

Romeu Tuma (PTB-SP) louvou a oportunidade da iniciativa, lembrando que teve início esta semana a campanha mundial intitulada Caminhada pela Paz. Também se manifestaram a favor da proposta Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), Wellington Salgado (PMDB-MG), José Nery (PSOL-PA) e Cristovam Buarque (PDT-DF).



Proposta aprovada na CE também reserva ao planejamento pelo menos um terço da carga horária dos profissionais de educação

## Universidade federal no interior da Amazônia

A proposta de criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), com sede em Santarém e campi avançados em outras cidades, foi aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Educação. Segundo o projeto (PLC 179/09), relatado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a Ufopa será criada pelo desmembramento das universidades federais do Pará e Rural da Amazônia.

– Será a primeira universidade pública com sede no interior da Amazônia e vai beneficiar 1 milhão de pessoas em 18 municípios – celebrou Flexa Ribeiro, que contou com o apoio de José Nery, Osvaldo Sobrinho, Wellington Salgado e Augusto Botelho (PT-RR). Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestou preocupação com a efetiva implantação de novas universidades.

Flexa Ribeiro também comemorou em Plenário a aprovação do projeto.

## Aprovado projeto sobre ator e modelo mirim

A CE aprovou ainda três projetos. O primeiro foi o PLC 97/09, relatado por Romeu Tuma, segundo o qual as escolas deverão divulgar as listas de material escolar 45 dias antes da data final para matrícula. O segundo foi o PLS 83/06, de Valdir Raupp (PMDB-RO), sobre trabalho de menores como atores e modelos. O texto aprovado foi o substitutivo do relator, Wellington Salgado, para quem a autorização concedida pelos pais ou responsáveis perderá a validade se for descumprida a frequência escolar mínima.

O terceiro projeto, PLS 6/09, de Cristovam Buarque, prioriza os professores na devolução do Imposto de Renda. O relator foi Cícero Lucena (PSDB-PB). Também foram aprovadas emendas da Câmara ao PLS 498/03, que define critérios para a revalidação de diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

## Haddad falará sobre cancelamento de prova do Enem

O ministro da Educação, Fernando Haddad, deverá comparecer na próxima terça-feira à Comissão de Educação para comentar as providências adotadas pelo governo depois do cancelamento das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O anúncio foi feito pelo presidente da comissão, Flávio Arns (PSDB-PR), que relatou ter mantido contato permanente com a

equipe do ministro desde que foram publicadas denúncias de quebra de sigilo do exame.

– Isso afetou mais de 4 milhões de pessoas inscritas, trazendo um clima de intranquilidade e insegurança – afirmou Arns.

O senador considerou correta a postura de Fernando Haddad diante do episódio, mas ponderou que existem ainda muitas questões em aberto, como a redefinição do calendário de

provas e o rumo das investigações.

Arns disse que o ministro se ofereceu para comparecer à CE e falar sobre a questão, mesmo sem a prévia aprovação de um requerimento de convite pelos senadores, mas pediu que o encontro ocorresse na próxima semana, quando ele terá informações mais concretas a apresentar, principalmente a respeito das investigações.

## Sadi elogia atuação do prefeito de Palmas na área de educação

Sadi Cassol (PT-TO) elogiou a gestão de Raul Filho à frente da prefeitura de Palmas. O senador informou que o objetivo de seu correligionário é implantar a educação integral em todas as escolas da capital do Tocantins até o fim do mandato.

O senador disse que escolas de tempo integral estão sendo

implantadas em Palmas há dois anos e, até 2010, a previsão é de que 50% dos estudantes da rede municipal estejam no sistema. Sadi afirmou ainda que o projeto leva em conta a realidade de cada comunidade e a sustentabilidade financeira.

– Educação faz a diferença – destacou.



Sadi Cassol destaca implantação de ensino integral nas escolas da cidade

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Pauta do Plenário continua trancada

A sessão deliberativa tem início às 14h. A pauta do Plenário continua trancada pelos PLVs 14/09 (MP 464/09), que visa fomentar as exportações, e 15/09 (MP 465/09), que autoriza concessão de subvenção econômica ao BNDES.

### Serviço de televisão comunitária será analisado pela CCT

Projeto sobre serviço de televisão comunitária vai ser discutido em audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), às 8h30. Entre os convidados, o consultor do Ministério das Comunicações Marcelo Bechara; o superintendente da Anatel, Ara Minassian; e o conselheiro da Abert Paulo Carvalho.

### Comissão examina desvios de recursos da Suframa

Às 9h, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) realiza audiência para tratar de desvios de recursos da Suframa. Participam da reunião João Bernardo Bringel, do Ministério do Planejamento; Nelson Machado, do Ministério da Fazenda; e Arno Augustin Filho, do Tesouro Nacional.

## CRE debate acordos com Vaticano e Alemanha

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne para debater dois projetos de decreto legislativo que tratam de acordos com o Vaticano e a Alemanha.

### Audiência sobre população das ilhas de Marajó

Audiência pública, às 9h, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), debate a situação da população do arquipélago de Marajó, no Pará, com o presidente da Funasa, Francisco Danilo Forte; o prefeito de Anajás (PA), Edson Barros; a secretária de Saúde do estado, Maria Sílvia Leal, entre outros.

### CCJ: novas regras para progressão de regime

A Comissão de Justiça (CCJ) analisa, às 9h, projeto que prevê exame criminológico para progressão de regime. Entre os convidados, estão a ministra do STJ Maria Thereza Moura, e o desembargador Wálter Maierovitch. Às 10h, a CCJ examina projeto de resolução que institui o Código de Ética do Senado.

## CMO vota créditos ao Orçamento da União

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) se reúne, às 14h30, para votar diversos projetos que abrem créditos ao Orçamento da União.

### Comissão de Educação discute gestão escolar

Às 10h, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne para debater a gestão escolar e a certificação de diretores de escolas. Participam da audiência a secretária de Educação de Igrejinha (RS), Liège Lana Brusius; o secretário de Educação do Distrito Federal, José Luiz Valente, entre outros.

### Exploração de água mineral na pauta de duas comissões

As comissões de Agricultura (CRA) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizam audiência conjunta, às 9h30, para discutir aspectos relacionados a exploração, tributação e uso de água mineral. Entre os convidados, estão os ministros de Minas e Energia, Edison Lobão; e da Agricultura, Reinhold Stephanes.

## Presidente recebe indicado à direção da Abin

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 11h, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Jorge Armando Felix, e Wilson Roberto Trezza, indicado para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência; às 11h30, parlamentares, o presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Amapá, Manoel Mandi, entre outros; às 12h, a deputada Rose de Freitas. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

## CAE vai debater empréstimos de risco para fundos constitucionais

A Comissão de Assuntos Econômicos decidiu em sua reunião de ontem realizar audiência pública para debater a viabilidade de dispositivo que veda a concessão de empréstimos com risco integral para os chamados fundos constitucionais.

Pela proposta (PLS 239/08), de Tasso Jereissati (PSDB-CE), em tramitação no colegiado, as instituições financeiras deverão assumir pelo menos 50% do risco de crédito decorrente de operações financeiras lastreadas com recursos dos fundos constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

Deverão ser convidados para a audiência, marcada para o próximo dia 21, os presidentes do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, além de gestores dos três fundos.

Para Jereissati, como os bancos gestores não correm risco, estão liberando recursos sem a devida análise, prejudicando os fundos constitucionais. Conforme o senador, já há registro de

graves prejuízos financeiros nos três fundos.

A CAE também aprovou requerimento de Tião Viana (PT-AC) propondo audiência pública para debater impactos econômicos e financeiros decorrentes da exploração do pré-sal. Foram convidados para a reunião, a realizar-se no próximo dia 20, o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega e o diretor financeiro da Petrobras, Almir Guilherme Barbassa.

### Assuntos Municipais

Na reunião, o presidente da CAE, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), designou os 18 parlamentares que irão compor a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais. O presidente e o vice-presidente do colegiado deverão ser escolhidos nos próximos dias.

De iniciativa do senador César Borges (PR-BA), a subcomissão, que atuará até 2010, terá por meta apresentar propostas destinadas a minimizar a crise por que passa a maioria dos municípios.



CAE também discutirá impactos econômicos e financeiros da exploração do pré-sal

## Música gospel poderá receber benefícios da Lei Rouanet

A música gospel poderá ser reconhecida como manifestação cultural, bem como os eventos a ela relacionados, exceto aqueles promovidos por igrejas. A decisão é da Comissão de Assuntos Econômicos, ao aprovar parecer do senador Gim Argello (PTB-DF) a proposta de autoria do deputado federal Rodovalho (PP-DF).

O objetivo do projeto (PLC 27/09) é fazer com que a música

gospel receba também os benefícios previstos na legislação federal de incentivo à cultura (Lei 8.313/91), conhecida como Lei Rouanet. Um dos principais pontos da lei é possibilitar que pessoas físicas e jurídicas apliquem parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

O projeto segue agora para votação, em decisão terminativa, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

## Gregolin agradece apoio para criação do Ministério da Pesca

O ministro da Pesca e Aquicultura, Altemir Gregolin, agradeceu o empenho do presidente do Senado, José Sarney, na aprovação do projeto que transformou a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em ministério.

O ministro lutou por essa mudança alegando que a produção brasileira atual, de 1 milhão de toneladas de pescado, poderia saltar para 20 milhões se a estrutura jurídica da antiga secretaria fosse elevada a ministério.

Sarney acompanhou nossa luta, se empenhou, destinou o projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e garantiu que a matéria fosse aprovada com agilidade.

Na ocasião, Gregolin apresentou a Sarney um vídeo exibindo a situação da pesca e da aquicultura no Amapá e explicou programas e ações desenvolvidos por seu ministério no estado.

– Discutimos inclusive a possibilidade de a bancada do Amapá fazer uma emenda para compra de equipamentos para pesca e aquicultura naquele estado – disse o ministro.

De acordo com Gregolin, a produção de 20 mil toneladas de pescados registrada pelo Amapá pode também ter um salto. Contribuirá para isso, explicou, a inauguração, em breve, do terminal pesqueiro da cidade de Santana, que recebeu investimentos de R\$ 3 milhões.

Ceará, Rio de Janeiro e Paraíba são os estados beneficiados. Dinheiro vai para obras rodoviárias, construção de hospitais, agricultura familiar e redução da pobreza

# Aprovados financiamentos externos de US\$ 296 milhões

O Senado autorizou ontem quatro operações de crédito externo que, sem considerar a contrapartida interna, devem garantir ao país investimentos de US\$ 296 milhões para Ceará, Rio de Janeiro e Paraíba. Os quatro projetos foram analisados pelo Plenário em caráter urgente a pedido dos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que aprovou a matéria pela manhã.

A proposta formulada pelo governo do Ceará envolve a concessão de US\$ 158,6 milhões. Com voto favorável do relator, Efraim Morais (DEM-PB), o projeto (PRS 65/09) destina recursos para obras de pavimentação e recuperação de estradas, elaboração de projetos técnicos de novas vias e preparação do Plano Diretor Rodoviário. Os investimentos totais devem chegar a US\$ 254,3 milhões, até 2013, considerando os aportes de recursos do próprio estado.

Uma segunda operação de interesse do Ceará prevê a liberação de US\$ 77 milhões para programa de expansão e melhoria da assistência em saúde. O estado irá investir adicionalmente US\$ 46,5 milhões. Na expansão da rede de serviços de média e alta complexidade, está prevista a construção de um hospital, nove policlínicas e 11



Plenário autoriza contratação de operações externas em caráter urgente

centros odontológicos. A matéria (PRS 64/09) teve sua aprovação recomendada pelo relator, Cícero Lucena (PSDB-PB).

Para o Rio de Janeiro, o financiamento do Banco Mundial vai para o chamado Projeto Rio Rural, que envolve ações de desenvolvimento sustentável em microbacias hidrográficas, com foco na agricultura familiar. Relatada por Gerson Camata (PMDB-ES), o projeto (PRS 66/09) pretende apoiar iniciativas e arranjos locais destinados a gerar renda, conjugados aos princípios de sustentabilidade e equidade social. Além dos US\$ 39,5 milhões externos, outros US\$ 21,4 milhões serão aplicados pelo próprio estado. Há ainda contrapartidas menores da União e dos produtores atendidos, o que pode elevar os

aportes a US\$ 79 milhões.

Empréstimo para o governo da Paraíba, de US\$ 20,9 milhões, também será destinado a projetos na área rural. O objetivo é reduzir a pobreza por meio do financiamento de pequenos investimentos de uso comunitário que permitam potencializar o processo associativo e a capacidade empreendedora das comunidades rurais. A ideia é atender 40 mil famílias, nos 222 municípios do estado. Haverá ainda investimentos do estado, de até US\$ 4,9 milhões, e das comunidades, de US\$ 2,1 milhões. O relator da matéria (PRS 63/09), João Tenório (PSDB-AL), salientou o acentuado desequilíbrio regional na distribuição dos créditos externos autorizados pelo Senado, com o Nordeste em desvantagem.

## Acordos com o Senegal e o Paraguai serão promulgados

O Plenário aprovou e encaminhou à promulgação três acordos internacionais firmados pelo Brasil com o Senegal e o Paraguai.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 484/09 refere-se a acordo com o Senegal sobre o exercício de atividades remuneradas por dependentes do pessoal diplomático e consular. Relatado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelo senador João Ribeiro (PR-TO), o projeto recebeu parecer favorável.

Para poder trabalhar no país de transferência, os dependentes do pessoal diplomático deverão obter autorização, com base na reciprocidade. A autorização poderá ser negada nos casos em que o empregador for o Estado ou se a atividade relacionar-se à segurança nacional.

Segundo o acordo, são considerados dependentes: cônjuge ou companheiro estável; filhos solteiros menores de 18 anos; filhos solteiros menores de 25 anos que estejam estudando, em horário integral, em universidades; e filhos solteiros com deficiência física ou mental.

Já o PDS 503/09 aprova texto de acordo de serviços aéreos também com o Senegal. O acordo estabelece as bases para a ligação aérea regular entre os dois países e trata das ques-

tões financeiras e trabalhistas relacionadas à matéria, entre as quais a remessa de receitas e contratação de pessoal. A matéria recebeu na CRE parecer favorável do relator, João Ribeiro.

O acordo, segundo o Itamaraty, deverá contribuir para intensificar os fluxos comerciais de cargas e passageiros com o Senegal, representando passo adicional no esforço de fortalecer as relações entre o Brasil e o continente africano.

### Tráfego de armas

O PDS 497/09 trata do memorando de entendimento entre o Brasil e o Paraguai para cooperação no combate à fabricação e ao tráfico ilícito de armas de fogo, munições, acessórios e explosivos.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o acordo pretende harmonizar as ações de combate dos dois países a essa atividade ilegal com o objetivo de erradicá-la de seus territórios. Estão previstas medidas legais e administrativas para maior controle da circulação, fabricação e comércio de armas de fogo e explosivos.

Para o relator, senador Efraim Morais (DEM-PB), o acordo contribuirá "para o estabelecimento de um novo patamar no relacionamento bilateral".

## MP sobre contratos é terceira medida a trancar a pauta

A medida provisória que prorroga contratos vinculados a projetos de cooperação técnica firmados com organismos internacionais e contratos específicos do Hospital das Forças Armadas, em Brasília, tranca a pauta do Senado. Desde segunda-feira, a proposição (MP 467/09) se juntou aos projetos de Lei de Conversão 14/09 e 15/09, que já trancavam a pauta. Papaléo Paes (PSDB-AP) é o relator.

Ao todo, a MP trata de 437 contratos, cuja prorrogação pode se estender até 31 de julho de 2010. São 197 do Ministério do Meio Ambiente; 42 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); 48 do Ministério da Ciência e Tecnologia; 76 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); 49 do Ibama; e 25 do Instituto Chico Mendes. De acordo com a exposição de motivos do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a prorrogação visa "assegurar a continuidade das atividades ao longo dos exercícios de 2009 e 2010, sem prejuízo da qualidade do trabalho, até que seja possível equacionar a questão do quadro de pessoal efetivo dos órgãos e entidades referidos". A matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados sem alterações.

**SARNEY APOIA REGULAMENTAÇÃO DE TETO**

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu a regulamentação do dispositivo legal que proíbe o recebimento de salários que somados ultrapassem o teto do funcionalismo.

– Estamos só esperando a regulamentação porque, na realidade, a decisão já está tomada, de que o teto tem que ser obedecido – disse.

O Tribunal de Contas da União (TCU) reviu decisão de junho passado, concluindo que a proibição de incidência de salários acima do teto, pagos a deputados e senadores, ainda depende de regulamentação.

**GILBERTO GOELLNER CRITICA ZONEAMENTO DA CANA**

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) criticou o projeto de zoneamento agroecológico da cultura da cana-de-açúcar encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional no mês passado. Segundo ele, o Executivo não levou em conta nem mesmo estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que considerou a Bacia do Alto Paraguai apta à implantação de lavouras de cana-de-açúcar.

– Atualmente 80% do plantio da cana em Mato Grosso está concentrado na Bacia do Alto Paraguai, sem que, ao longo dos últimos 25 anos, tenha ocorrido qualquer incidente ambiental.

**VIRGÍLIO PEDE POLÍTICA SÉRIA PARA AMAZÔNIA**

Arthur Virgílio (PSDB-AM) elogiou duas reportagens sobre a Amazônia publicadas pelo jornal *Estado do Amazonas* no dia 1º. Segundo o senador, as reportagens se completam porque uma focaliza a Cúpula do Clima e a outra trata do desenvolvimento da área.

– Há falta de definição de uma política séria para a região. Há consenso quanto a sua imensa riqueza potencial, porém não existe caminho traçado para a sua exploração. O país deve entender que mais de 21 milhões de pessoas moram na região – afirmou Virgílio.

Fotos: Genildo Magela



Demostenes convidou intelectual a participar de debate na CCJ

**Senado solicita que Cuba autorize viagem**

A Presidência do Senado protocolou ontem, na embaixada de Cuba, ofício para que a blogueira e escritora cubana Yoani Sánchez participe de audiência pública no Senado sobre o seu livro *De Cuba, com carinho*. A informação está no Twitter do senador Demostenes Torres (DEM-GO), autor do requerimento para a realização do encontro.

O requerimento foi aprovado pela Comissão de Justiça (CCJ) no dia 23 de setembro. Nele, Demostenes explica que o livro, que será lançado em outubro, é uma oportunidade para que Brasil e Cuba incrementem o diálogo bilateral.

– Entendo que uma solicitação oficial, formulada pelo Senado, sensibilizaria as autoridades cubanas.

Segundo entrevista de Yoani à *Veja*, de dez pedidos de visto, só três foram liberados em 12 meses.

**Tião Viana propõe pacto para revisão constitucional**

Senador cita como temas prioritários o desenvolvimento regional, a redução das desigualdades e a recuperação do poder municipal

O SENADOR TIÃO Viana (PT-AC) propôs que os presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, juntamente com os líderes partidárias nas duas Casas do Congresso Nacional, estabeleçam um pacto de revisão constitucional “com uma agenda propositiva e ordenada”. O parlamentar comemorou os 21 anos da Constituição, mas lamentou que muitas de suas diretrizes ainda não tenham sido regulamentadas.

Viana lembrou que a Carta de 88 fez com que “direitos sociais fossem completamente afirmados” e que ela foi apresentada à sociedade como uma nova ordem social e democrática brasileira. Mas afirmou que a Constituição não tem paz, tendo já incorporado 58 emendas – uma a cada quatro meses – e hoje 1.158 propostas de emenda



Tião Viana: projetos analisados no Congresso formam “cipoal de leis”

tramitam na Câmara e outras 407 no Senado.

Tião Viana disse que a falta de regulamentação de itens constitucionais não saldou muitas dívidas, como a reforma do pacto federativo. Mencionou, como exemplo, a reforma tributária de 1967, “que esfacelou o poder dos municípios”. Para ele, a agenda propositiva deveria tratar de temas prioritários como o desenvolvimento regional e a redução das desigualdades, além da recuperação do poder municipal.

O senador lamentou que a maioria dos projetos tratados hoje no Congresso componha “um cipoal de leis vazias e desordenadas”. Citou o exemplo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, onde 80% das matérias analisadas tratam de isenção tributária.

**Pesquisador da FGV defende reformulação do sistema eleitoral**

Uma alteração no atual modelo de composição das bancadas na Câmara dos Deputados conferiria mais representatividade política aos partidos e reduziria a “fragmentação legislativa” decorrente das competições intrapartidárias. A ideia foi apresentada pelo professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Octavio Amorim Neto, em seminário realizado ontem no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Pela proposta, os 12 estados brasileiros mais populosos – SP, MG, RJ, BA, RS, PR, PE, CE, PA, MA, SC e GO – seriam divididos em distritos eleitorais. Cada distrito elegeria um determinado número de deputados, sem que houvesse, no entanto, alteração na representatividade de cada estado na Câmara.

A ideia está fundamentada no estudo “Redesenhando o mapa eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma

política incremental”, elaborado pelo professor e pelos pesquisadores Samuel de Abreu Pessoa, também da FGV, e Bruno Freitas Cortez, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Por essa proposição, destacou Octavio Amorim Neto, os benefícios seriam principalmente a redução dos gastos públicos e de campanha e o maior comprometimento dos parlamentares com o eleitorado. Uma das principais características dessa nova composição seria a maior diversidade das representações de cada estado.

O consultor-geral-adjunto do Senado, Fernando Meneguim, elogiou a proposição, salientando que a operacionalização do modelo já está apresentada no projeto. Para ele, é provável que o estudo seja aperfeiçoado e enviado ao Congresso como sugestão para alterações nas regras eleitorais.

**Presidente da África do Sul visita o Senado**

O presidente do Senado Federal, José Sarney, receberá, na próxima sexta-feira, a visita do presidente da África do Sul, Jacob Zuma. O encontro ocorrerá no Salão Nobre, às 15h15.

Líder do Congresso Nacional Africano, Jacob Zuma tomou posse em maio deste ano. Ele é o quarto presidente da África do Sul desde o fim do *apartheid*.



José Nery observa que o Brasil é o terceiro maior fornecedor da Venezuela

**Nery quer ingresso de Caracas no Mercosul**

José Nery (PSOL-PA) fez ontem um apelo em Plenário aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para que aprovem, no próximo dia 29, a adesão da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Rebatendo argumentos do relator da matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE), que apresentou na comissão voto contrário à adesão da Venezuela ao bloco, José Nery citou os benefícios para o Brasil.

José Nery destacou que nos últimos dez anos as exportações brasileiras para a Venezuela aumentaram 858%. O senador lembrou que desde 1994, quando foi firmado o Protocolo da Guzmania, o intercâmbio comercial com aquele país tem crescido, fazendo com que o Brasil ocupe, hoje, a terceira posição nas compras venezuelanas.



Mercadante prevê vínculo maior de parlamentares com Parlasul

**Brasil poderá sediar sessão do Parlasul**

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul deve votar hoje requerimento do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) para a realização de uma sessão plenária do Parlasul em Brasília no início de dezembro. Mercadante acredita que essa sessão poderá aproximar os parlamentares brasileiros do novo órgão legislativo regional no momento em que este procura consolidar-se.

Na mesma reunião, poderão ser votadas duas mensagens do Poder Executivo: a 553/09, que submete à consideração do Congresso Nacional o acordo sobre tráfico ilícito de migrantes entre os países que compõem o Mercosul, a Bolívia e o Chile, e a 622/09, que traz o texto do acordo entre Brasil e Uruguai para a criação de escolas técnicas binacionais de fronteira.



Imagem do país deve ser de baixa produção de carbono, diz Casagrande

**Casagrande: obras com “caráter ecológico”**

Renato Casagrande (PSB-ES) sugeriu que as obras a serem realizadas para a Copa do Mundo de 2014, que será disputada no Brasil, e para as Olimpíadas de 2016, na cidade do Rio de Janeiro, tenham “caráter ecológico”. Para o senador, o Brasil deve reforçar sua imagem de potência econômica de baixa produção de carbono.

– É importante que os investimentos tenham sempre a geração de energia renovável ou alternativa – disse Casagrande, citando a energia solar e a célula de combustível.

Casagrande cobrou o tratamento de 100% do esgoto jogado cotidianamente na Baía de Guanabara. Para ele, a segurança também será “um aspecto de vital importância” e terá de ser considerada como prioridade. Outro ponto ressaltado pelo senador foi a necessidade de investimento na formação de atletas.

**OBRAS EM BRAILE NA BIENAL DE PERNAMBUCO**

A Sociedade Benficiente dos Cegos do Recife é uma das instituições que receberão do Senado, na próxima sexta-feira, a versão em braile da Constituição federal, da Constituição de Pernambuco e do Código de Defesa do Consumidor. O evento ocorrerá no estande do Senado instalado na VII Bienal do Livro de Pernambuco, no Centro de Convenções de Olinda. Também receberão as obras o Instituto dos Cegos Antonio Pessoa de Queiroz e a Associação Pernambucana dos Cegos. O senador Marco Maciel (DEM-PE) deverá fazer a entrega a representantes das entidades.

**MOSTRA TERÁ QUATRO LIVROS DE JOAQUIM NABUCO**

Entre as diversas publicações que o Senado levou para a VII Bienal do Livro de Pernambuco, destacam-se quatro livros de Joaquim Nabuco: *Campanha abolicionista no Recife*, *Minha formação*, *Balmaceda* e *A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*.

As publicações trazem os discursos abolicionistas do autor; uma autobiografia parcial; artigos sobre o presidente chileno José Manuel Balmaceda Fernández (1840-1891) publicados no *Jornal do Commercio*; e uma análise da participação estrangeira na Revolta da Armada, promovida por unidades da Marinha.

**HERÁCLITO LAMENTA MORTE DO PADRE BALZI**

Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou a morte, ocorrida na segunda-feira, do padre Pedro Balzi, fundador da comunidade Vila da Paz, em Teresina, e responsável por uma entidade que recuperou jovens drogados. O padre italiano tinha 82 anos e sofria de câncer.

Balzi chegou a Teresina há 22 anos, quando Heráclito era prefeito da cidade. Antes, trabalhou com comunidades carentes e com hansenianos na Bolívia, destacou o senador, que requereu o envio de condolências ao arcebispo e ao vigário-geral da Igreja Católica em Teresina e aos moradores da Vila da Paz.



Paim destaca que membros da CMO estarão amanhã em Porto Alegre

**Paim registra aumento do IDH do Brasil em 2007**

Paulo Paim (PT-RS) registrou que, em 2007, o Brasil obteve melhoria no índice de desenvolvimento humano (IDH) – de 0,808 em 2006 para 0,813. O senador lamentou que, apesar do aumento, o país tenha permanecido na 75ª posição do ranking mundial de IDH, e ainda esteja entre os dez países mais desiguais do relatório.

Paim também informou que membros da Comissão Mista de Orçamento estarão amanhã na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, quando ouvirão reivindicações dos gaúchos para o Orçamento de 2010.



Agripino afirma que o governo trabalha contra emenda para a saúde

**Agripino: "País não vai bem se a classe média encolhe"**

As notícias de que a classe média brasileira encolheu no ano passado e que o Brasil não saiu de lugar no ranking mundial do índice de desenvolvimento humano (IDH) são um alerta de que "o país não vai bem", disse José Agripino (DEM-RN). Para ele, os números são "uma ducha de água fria" após a euforia pela escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016.

O senador afirmou que os números nas áreas de saúde e de educação "são vergonhosos para um país que vai sediar uma Olimpíada". Criticou o governo por "trabalhar contra" a aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional 29, que obrigará a União a gastar 10% de suas receitas com saúde – o projeto está na Câmara.

**CPI da Petrobras discute negócios da estatal com estaleiros acusados pela Polícia Federal e Ministério Público de fraude em licitações para a reforma de plataformas**

**Contratos com empresas indiciadas recebem crítica**

DURANTE A REUNIÃO de ontem da Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras, senadores da oposição criticaram o fato de a estatal manter contratos com empresas que foram indiciadas por fraude em licitações de reforma de plataformas após a Operação Águas Profundas, deflagrada em 2007 pela Polícia Federal. Duas das três maiores empresas apontadas na investigação – os estaleiros lesa e Mauá Jurong – ainda prestam serviços para a companhia.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), o fato configura "relação de promiscuidade", já que, de acordo com ele, a lesa foi uma das maiores doadoras do PT nas últimas eleições.

A Operação Águas Profundas, conforme o procurador da República Carlos Alberto de Aguiar, envolveu o Ministério Público e uma auditoria interna da Petrobras. Resultaram do processo 28 denunciados por crimes como corrupção ativa e passiva, formação de quadrilha,



Senadores ouvem representantes da Petrobras, Polícia Federal e Ministério Público

fraude em licitação, falsidade documental e estelionato.

Em defesa da Petrobras, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) alertou para o fato de que a estatal não poderia excluir uma empresa de seu cadastro devido a um processo investigatório inconcluso.

O gerente-executivo de Serviços de Exploração e Produção da Petrobras, Erardo Gomes Filho, informou que, desde a Operação Águas Profundas, a estatal

demitiu servidores e afastou outros de suas funções.

O delegado da Polícia Federal Cláudio Nogueira explicou que uma rede de empresas capitaneadas pela Angraporto recebeu informações privilegiadas de funcionários da Petrobras que exerciam influência sobre os processos licitatórios. Dessa forma, essas empresas foram beneficiadas e os processos foram transformados num "jogo de cartas marcadas".

**Alvaro cobra a devolução de recursos desviados**



Alvaro Dias

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) questionou ontem em Plenário o fato de a empresa de montagem industrial lesa Óleo & Gás S.A. manter contratos com a Petrobras, mesmo após o Ministério Público ter apresentado "provas irrefutáveis" de desvio

de recursos públicos pela companhia. Em 2008, disse o senador, a Petrobras assinou contrato de US\$ 1,65 bilhão com um consórcio do qual a lesa faz parte para construção de plataforma petrolífera.

Alvaro Dias afirmou que, na reunião de ontem da CPI da Petrobras, que discutiu a Operação Águas Profundas da Polícia Federal, foram confirmados os desvios. Representantes da Polícia Federal, do Ministério Público e da Petrobras que participaram da audiência informaram que as investigações resultaram, segundo o senador, em várias denúncias e três demissões na empresa.

– Como se isso significasse a punição que se exige para caso como este, sem pensar em ressarcimento aos cofres públicos do dinheiro desviado – observou Alvaro Dias.

Em aparte, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defendeu a imediata suspensão dos contratos da Petrobras com a lesa, medida defendida também por Arthur Virgílio (PSDB-AM).

**Marconi quer proibir a taxação da poupança**



Marconi Perillo

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) defendeu ontem a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 40/09) de sua autoria que proíbe a cobrança de impostos sobre a caderneta de poupança. Marconi voltou a protestar contra a

intenção do governo de taxar as contas de poupanças com depósitos acima de R\$ 50 mil. A proposta, disse, é um "petardo contra os poupadores". Para o senador, optam por essa modalidade de investimento aqueles que abrem mão de ganhos mais favoráveis em favor da segurança e do futuro dos filhos.

Marconi Perillo classificou a medida anunciada pelo governo como "uma irresponsabilidade" e lembrou a forma "arbitrária" como ocorreu o confisco da poupança e das contas correntes em 1990, coincidentemente na cifra exata de 50 mil. Conforme o senador, muitos poupadores tradicionais já estão planejando comprar bens para evitar o confisco da poupança pelo governo.

– Na verdade, o governo, ao taxar a poupança, quer punir a classe média, colocar sobre esse segmento da sociedade mais um fardo tributário. Para quê? Para financiar o aparelhamento político do Estado – afirmou.



Mário Couto questiona capacidade de o país sediar as Olimpíadas de 2016

**Mário Couto faz apelo em favor dos aposentados**

Mário Couto (PSDB-PA) disse que o presidente Lula deveria "reservar algumas lágrimas" das que chorou ao saber da escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016 para os aposentados e pensionistas.

– Pelo menos votem os projetos do senador Paulo Paim [em favor dos aposentados], que estão engavetados na Câmara.

O senador disse que o Brasil tem condições de sediar a Copa do Mundo de 2014, porém colocou em dúvida a capacidade de o país sediar Olimpíadas. E afirmou ainda que a violência no Pará "passou dos limites".



Virgílio considera gesto "descabido" para figuras de destaque no governo

**Virgílio condena filiação de Amorim e Meirelles a partidos**

Arthur Virgílio (PSDB-AM) considerou inadequadas as filiações do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao PMDB e ao PT, respectivamente.

Para o senador, a entrada de Meirelles em um partido poderá ser utilizada como argumento para quem for criticar a política financeira adotada pelo BC. "Se aumentam juros, vai ter prejuízo político. Se não, vão dizer que ele baixou juros porque é candidato a alguma coisa", disse.

Sobre Amorim, Virgílio destacou que, desde 1989, nenhum chanceler brasileiro foi ligado a partidos. Segundo o senador, a atitude "explica as recentes ações ideologizadas" da política externa em Honduras.

Senadores de diversos partidos condenam ação dos sem-terra em fazenda paulista; José Sarney diz que "excessos devem ser investigados"

## Destruição de laranjal pelo MST sofre críticas

AS IMAGENS, MOSTRADAS pela Rede Globo, de um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) usando um trator para destruir um laranjal em uma fazenda da empresa Cutrale, no interior de São Paulo, levaram senadores de vários partidos a condenar ontem o que classificaram de "vandalismo", "truculência" e

"terrorismo".

O presidente do Senado, José Sarney, reconheceu que houve excessos "que devem ser investigados". Sarney lembrou que recentemente defendeu o MST e disse que é contra "a criminalização e a demonização desse movimento, embora tenha ressalvado que os excessos precisam ser apurados e reprimidos".

midos".

Kátia Abreu (DEM-TO) condenou as invasões de terras. Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que o MST "merece ser punido com os rigores da lei". Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que o governo não poderia ficar omissivo. José Agripino (DEM-RN) salientou a importância do agronegócio.

"O setor produtivo tem que

ser respeitado", disse Osmar Dias (PDT-PR). Para Jefferson Praia (PDT-AM), o MST "precisa fazer uma autoavaliação". Renato Casagrande (PSB-ES) disse que os métodos do MST "não acrescentam nada ao projeto de reforma agrária". Garibaldi Alves (PMDB-RN) pediu "um basta". Gilberto Goellner (DEM-MT) classificou o MST de "movi-

mento anarquista".

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a reforma agrária, mas criticou a atitude do MST. Valter Pereira (PMDB-MS) declarou-se indignado com as cenas de destruição. Para Demostenes Torres (DEM-GO), o Senado deve investigar o MST. E Marisa Serrano (PSDB-MS) condenou a "truculência" do movimento.

## Duras reações na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Senadores que integram a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) condenaram ontem, em reunião do colegiado, a derrubada, pelo MST, de cerca de 5 mil pés de laranja da fazenda Santo Henrique, de propriedade da empresa Cutrale. Segundo o presidente da CRA, Valter Pereira (PMDB-MS), as cenas "deprimidas" foram um atentado ao direito de propriedade e de produzir.

Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou que todos são a favor dos movimentos sociais, mas contra "um crime de desacato à lei". A senadora defendeu a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do MST, para fiscalizar repasses de recursos do governo e de organizações internacionais aos sem-terra.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a criação de CPI no Senado para investigar repasses de recursos para o MST.

Para Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), "falta limite" aos militantes do MST: "O meio rural já sofre demais. O que queremos é produção, mas com ordem", reclamou.

Osmar Dias (PDT-PR) lembrou que a laranja não só faz parte da mesa dos brasileiros, mas também é importante item na balança comercial do país.

Mesmo se dizendo favorável à luta do MST pela melhor distribuição de terras no Brasil, Eduardo Suplicy (PT-SP) opinou que ações como essa "não ajudam a própria causa". Já para Kátia Abreu (DEM-TO), o agronegócio não merece passar por esse tipo de situação.

Fotos: Geraldo Magela



"O MST precisa decidir se vai partir para o terrorismo", adverte Osmar

## Osmar Dias: "O que se praticou ali foi um crime"

Em pronunciamento no Plenário, Osmar Dias (PDT-PR) afirmou que, com a invasão, o MST "promoveu vandalismo" e agiu de forma criminosa ao desconsiderar o direito de propriedade, garantido pela atual Constituição. O senador disse ainda que a atitude do MST prejudicou os próprios trabalhadores rurais que se encontravam no local e que agora ficarão sem ocupação.

– O MST precisa se decidir se é um movimento social reivindicatório ou se vai partir para o terrorismo. O que se praticou ali foi um crime. Isso não pode ficar assim.

Osmar Dias afirmou ainda que as propriedades no interior de São Paulo trabalham com "a melhor produtividade do mundo"

## Kátia Abreu: produtores rurais do Brasil estão "cansados"

Kátia Abreu (DEM-TO) manifestou, em Plenário, indignação pela derrubada de milhares de pés de laranjas pelo MST.

– Nós, produtores rurais do Brasil, estamos cansados. Somos contrários à invasão de terras. Se a reforma agrária não tem deslançado no país, não somos os responsáveis. Não fomos nós que fizemos promessas e não cumprimos – afirmou.

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu lembrou que, em 2003, estavam disponíveis para reforma agrária 133 milhões de hectares, mas até agora o atual governo só liberou para assentamentos 41 milhões desse total. Ressaltou, portanto, que ainda há um saldo de 91 milhões de hectares improdutivos já desapropriados.

Ao mencionar outras invasões do MST no Pará e em Pernambuco, até com uso de violência, Kátia Abreu pediu proteção para os produtores rurais.

Vários senadores apoiaram Kátia Abreu. Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), o MST não quer a reforma agrária, mas sim promover uma revolução a partir do campo.

Já o líder do DEM, José Agripino (RN), lembrou que Kátia Abreu dirige uma entidade vinculada ao setor que produz grande parte do superávit da balança comercial brasileira.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou a retirada de assinaturas de deputados do requerimento para criar a CPMI do MST. Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que a Cutrale é a maior produtora mundial de suco de laranja.



"Eu sempre recomendo ao MST que não realize ações violentas"

## Suplicy defende reforma agrária sem violência

Mesmo reafirmando seu apoio aos movimentos de defesa da reforma agrária, Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou as invasões promovidas pelo MST na fazenda da Cutrale.

Concordando com Osmar Dias, Suplicy disse que nem mesmo a alegação das famílias invasoras – de que gostariam de plantar feijão nos locais em que estavam os laranjais – justifica a ação, já que se pode plantar feijão entre pés de laranja.

– Eu sempre recomendo ao MST que não realize ações violentas contra pessoas, plantações ou pesquisas agrícolas. Assim como também não se pode apoiar, de forma alguma, quaisquer ações de violência contra os trabalhadores rurais.



Valter Pereira destaca contribuição de empresa para o PIB

## Valter Pereira: Cutrale é a maior produtora de suco

A ação do MST provocou reação indignada de Valter Pereira (PMDB-MS) em Plenário. Ele ressaltou que a Cutrale é a maior empresa produtora de suco de laranja do mundo, cuja contribuição para a balança comercial e para o PIB do Brasil "é inestimável".

Em aparte, Demostenes Torres (DEM-TO) disse que o Senado não pode perder a oportunidade de instalar a CPMI do MST. Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou que o MST envergonha o país, por sua "truculência, desobediência civil e sonda criminosa". Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) sugeriu que o Senado investigue, por meio da CPMI, os desmandos com recursos públicos.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Papaléo Paes • Osvaldo Sobrinho • Marconi Perillo • João Pedro • Epitácio Cafeteira • José Nery • César Borges

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues

Pozzebom e Moisés Oliveira

Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Fabricante deverá reciclar embalagens veterinárias

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que determina que os fabricantes e importadores sejam explicitamente responsáveis pela destruição ou reciclagem das embalagens de produtos veterinários e seus respectivos resíduos.

Segundo o projeto (PLS 134/07), a atividade de transporte e a disposição dos resíduos e embalagens dos produtos de uso veterinário deverão ser incluídas no rol das situações em que é obrigatória a fiscalização desses itens por órgãos próprios.

O projeto, de autoria do senador Jonas Pinheiro, falecido em fevereiro de 2008, altera o Decreto-Lei 467/69, que trata da fiscalização dos produtos veterinários e dos estabelecimentos que os fabricam. A matéria foi aprovada em caráter terminativo.

Em seu relatório sobre a proposta, o senador João Durval (PDT-BA) cita argumentação do autor em que ele afirma ser essencial tornar claro que os fabricantes e importadores de produtos de uso veterinário

sejam responsabilizados pelo descarte das embalagens usadas e dos respectivos resíduos desses produtos.

– Razão primordial para esse entendimento é o potencial custo que pode surgir desse processo, que pode onerar tanto os produtores rurais e usuários quanto a União, estados e municípios – afirmou o relator.

Para o senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), o controle rápido e rigoroso dos resíduos veterinários é necessário, pois a dispersão desse material constitui um problema sério no meio rural. A proposta, disse ele, traduz o que Jonas Pinheiro constatou durante sua vida acompanhando a agricultura brasileira.

Ao destacar também o papel de Jonas Pinheiro na busca de solução para os problemas do meio rural, Osmar Dias (PDT-PR) reforçou a importância do projeto aprovado pela CRA em razão do acúmulo de resíduos que poluem o meio ambiente.

– É preciso dar um fim nisso para tornar o meio ambiente saudável para o produtor rural e para aqueles que vão consumir os alimentos – afirmou.

## Debate sobre pagamento por serviços ambientais

Foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária requerimento de Gilberto Goellner (DEM-MT) para a realização de audiência pública com objetivo de debater nova legislação e a implementação do pagamento por serviços ambientais (PSA). Para tanto, solicita que sejam convidados, entre outros, Celso Antonio Pacheco Fiorillo, doutor em Direito pela PUC-SP; e Maria Tereza Umbelino de Souza, coordenadora do projeto Brasil Mata Viva.

Também de Goellner é o requerimento aprovado pela CRA para realização de audiência conjunta com as comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para discutir o controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal. Os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Meio Ambiente; e da Saúde estão entre os convidados.

## Critérios para classificação do espaço urbano e rural

O Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) deverá ser alterado para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural. A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou ontem projeto de autoria de Gilberto Goellner (DEM-MT) com esse objetivo. De acordo com o senador, o que se pretende é eliminar uma distorção da ideia que se tem do grau de urbanização do país, pela inclusão de um critério mais racional, o que contribuirá para elaborar políticas públicas com maior precisão e com mais eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Pelo projeto (PLS 316/09), os municípios serão classificados em função do tamanho da população, da densidade demográfica e da composição do produto interno bruto (PIB) municipal. O IBGE, a partir dos novos critérios, fará a classificação dos municípios e atualizará os valores referentes à população, densidade demográfica e proporção do valor adicionado da agropecuária em relação ao



Gilberto Goellner: projeto contribuirá para elaboração de políticas públicas

PIB municipal.

Goellner explica que o Decreto-lei 311/38, que trata da divisão territorial do país, não estabelece parâmetros quantitativos populacionais estritos que permitam delimitar a divisão entre o espaço urbano e o rural – como número mínimo de habitantes, densidade demográfica mínima, proximidade e vinculação econômica a centros urbanos de maior porte. O projeto receberá decisão terminativa na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Com a rejeição de emendas de Plenário, Comissão de Agricultura confirma exclusão de grau de uso da terra como critério de produtividade e adota parâmetros de eficiência

## Comissão prioriza renda no índice de produtividade rural

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) rejeitou ontem duas emendas que alterariam a definição de propriedade produtiva que consta de texto substitutivo da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) a projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) acatado em junho na comissão. O substitutivo de Kátia Abreu prioriza a renda da propriedade no cálculo do índice de produtividade.

A proposta (PLS 202/05) altera a Lei 8.629/93, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Terminativo na CRA, o projeto deveria seguir diretamente para a análise da Câmara dos Deputados, mas Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou recurso para que fosse apreciado pelo Plenário do Senado, onde a senadora formulou as duas emendas rejeitadas na comissão. A matéria volta agora para o Plenário.

Uma das principais alterações do texto aprovado pela CRA é a exclusão do critério do grau do uso da terra na determinação

dos índices de produtividade. Serys apresentou emenda para manter esse critério, argumentando que excluir o grau de uso da terra atenta contra a Constituição, que prevê a função social da terra.

Em outra emenda, a parlamentar pede a supressão da proposta de atribuir ao Congresso Nacional a competência para atualização dos índices de produtividade da terra para fins de reforma agrária. Na avaliação de Serys, a alteração de índices precisa ser realizada apenas por órgãos especializados.

Em seu relatório, a senadora Kátia Abreu justificou a rejeição das emendas dizendo que elas poderiam piorar a legislação. Para a parlamentar, restringir a definição dos índices de produtividade ao órgão competente, ou seja, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), significaria menos cuidado técnico e menos participação na definição dos instrumentos de desapropriação de terras. Além disso, evitar que o Congresso aprove a atualização dos

índices de produtividade seria excluir o Parlamento do debate sobre a questão agrária.

O substitutivo aprovado define que o Congresso Nacional deverá aprovar os índices de produtividade ajustados periodicamente pelos ministros do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola, com base em estudos científicos realizados pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

O senador César Borges (PR-BA) elogiou o relatório aprovado, observando que não faz sentido o Congresso Nacional ficar de fora da discussão dos índices de produtividade. Neuto de Conto (PMDB-SC) afirmou ser contra os atuais critérios de produtividade com base na função social da terra e a favor dos critérios de produtividade baseados na tecnologia.

Para Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da CRA, os índices de produtividade têm que ser examinados à luz da atividade econômica.



Kátia Abreu, com os senadores Eduardo Suplicy (E), Osvaldo Sobrinho e Romeu Tuma, defende participação do Congresso

## Prazos de adequação são de dois e cinco anos

O substitutivo da senadora Kátia Abreu aprovado pela CRA considera propriedade produtiva a que atinge graus de eficiência na exploração segundo os mecanismos de produtividade a serem fixados pelo Congresso Nacional.

O substitutivo manteve, do projeto original da senadora Lúcia Vânia, a fixação do prazo de dois anos para culturas temporárias e de cinco anos para culturas perenes e de

exploração pecuária, para que as propriedades rurais se ajustem aos novos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Apesar de preservar a determinação contida na Lei Agrária de que o grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100%, o substitutivo estabeleceu que a aferição da produtividade deverá se nortear pelos mecanismos de rendimento subme-

tidos ao Congresso.

O debate sobre produtividade rural tem ganhado corpo nos últimos tempos. O governo vem estudando a atualização dos índices, tornando-os mais rigorosos, o que causou protestos de representantes do agronegócio segundo os quais índices mais altos podem inviabilizar a produção, já que eles poderiam ser obrigados a produzir mesmo que isso lhes causasse prejuízo financeiro.

## Venda de mudas e matrizes livre de contribuição

Receitas decorrentes da venda de sementes e mudas e de matrizes e animais para recria, engorda e uso como cobaias em pesquisas poderão ser excluídas da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física à Previdência Social. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto, aprovado na forma de substitutivo do relator, Efraim Moraes

(DEM-PB), já havia tido parecer favorável da CRA e agora será examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

A proposta (PLS 380/08), do então senador Casildo Maldaner, revoga o inciso I do artigo 12 da Lei 11.718/08, para estabelecer a exclusão da renda dos produtos do cálculo da contribuição previdenciária. Para Efraim, a regra em vigor gera

maior custo para o produtor, bem como aumenta o preço final das mercadorias em razão da cumulatividade do tributo na cadeia produtiva – o chamado efeito cascata.

– Não é possível compreender a insistência em revogar um dispositivo como o aqui tratado, tão importante para o setor rural – salientou o senador Flávio Arns (PSDB-PR), que leu o relatório de Efraim Moraes.

Entre as propostas aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais, está a permissão para que trabalhador com renda de até quatro salários mínimos financie 95% da casa própria. Limite atual é de 80% do valor da avaliação

## Rejeitada mudança em projeto sobre câncer de próstata

Foi rejeitada pela CAS parte do substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 34/05, que prevê medidas de prevenção do câncer de próstata nas ações de saúde previstas na lei de planejamento familiar (Lei 9.263/96). Com a mesma finalidade, a proposta também altera a lei que instituiu o Programa Nacional de Controle do Câncer de Próstata para garantir maior efetividade no combate à doença.

De acordo com o parecer do senador Mão Santa (PSC-PI), lido por Renato Casagrande (PSB-ES), o sexto tipo de câncer mais comum em todo o mundo ocorre na próstata. Em 2008, informou o relator, a doença atingiu quase 50 mil brasileiros. O câncer de próstata, explicou Mão Santa, acontece com maior frequência em homens com idade superior a 50 anos e naqueles que têm pai ou irmão que foram acometidos pela doença antes dos 60 anos. Três quartos dos casos no mundo, acrescentou, afetam pessoas com mais de 65 anos de idade.

A proposta, de autoria de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), ainda será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Também foi rejeitado o PLS 737/07, do senador Romeu Tuma (PTB-SP), que prevê a destinação de 20% da receita arrecadada pela União sobre indústrias que exploram o fumo e as bebidas alcoólicas para uso em serviços de saúde.

A iniciativa, conforme explicou o autor na justificativa da proposta, se deve à insuficiência de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) para cuidar das vítimas de doenças decorrentes do consumo de fumo e álcool. A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa.

### Vinculação

Marisa Serrano (PSDB-MS), relatora do projeto, explicou que a proposta está prejudicada porque a Constituição proíbe qualquer vinculação de impostos, salvo as previstas na própria Carta.

A senadora também destacou que o PLS 121/07, de Tião Viana (PT-AC), regulamenta a Emenda Constitucional 29/00 e já prevê financiamento para a saúde em âmbito federal, estadual e municipal. A proposta determina valores mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde, bem como trata dos critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e das normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo.

Ao discutir a matéria, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a aprovação do projeto de Tião Viana, que, na avaliação dele, trará definição do planejamento do atendimento em saúde.



Paulo Paim preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais, acompanhada pelos senadores Papaléo Paes (C) e Flávio Arns

## Financiamento facilitado para mutuário de baixa renda

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que pretende possibilitar às famílias de baixa renda financiar até 95% do valor de imóvel a ser adquirido. Pelas normas atuais, o limite máximo do financiamento é de 80% da avaliação do imóvel.

O autor do projeto (PLS 652/07), senador Marconi Perillo (PSDB-GO), propôs que o financiamento, por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), chegasse a 100% do imóvel. Mas o relator, relator Efraim Moraes (DEM-PB), reduziu o percentual para 95%.

Marconi argumenta que as famílias de baixa renda candidatas a um financiamento imobiliário

enfrentam dificuldades para arcar, ao mesmo tempo, com a prestação e a parcela não financiável do imóvel.

“Ao longo dos anos, o SFH não teve a capacidade de atender às demandas habitacionais da população, sobretudo a mais carente de recursos e acesso ao crédito”, disse Marconi na justificativa do seu projeto.

Efraim Moraes apresentou emenda estabelecendo que pessoas físicas com renda familiar de até quatro salários mínimos tenham direito a financiar, com recursos do FGTS ou do SFH, os imóveis em até 95% do valor de avaliação. O mutuário entra com uma contrapartida de 5%. “Um percentual mínimo de contrapartida do mutuário em relação ao investimento a ser

realizado fortalece seu compromisso com a adimplência quanto ao empréstimo adquirido”, ponderou o relator.

Efraim salientou dois méritos da proposta: permitir que famílias mais humildes tenham “efetivo acesso” aos recursos do SFH e estimular a cadeia produtiva do setor da construção civil. Porém, procurou sanar “efeitos adversos sobre a já combatida rentabilidade do FGTS”, que, a seu ver, poderiam advir da proposta original, e fortalecer o compromisso com a adimplência.

O projeto será agora examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa, ou seja, sem obrigatoriedade de ir a Plenário em seguida.

## Parcelamento de débito de hospital filantrópico

Os integrantes da Comissão de Assuntos Sociais aprovaram substitutivo do senador Wellington Salgado (PMDB-MG) ao PLS 311/08, de autoria de Paulo Duque (PMDB-RJ), que modifica as condições de parcelamento dos débitos, com a União, de hospitais que cuidam da reabilitação física de pessoas com deficiência, sem finalidade econômica.

Pela proposta, o parcelamento poderá ser feito em até 360 parcelas, sob condição de cumprimento integral do parcelamento, e as multas serão reduzidas em 75% do valor que incidir sobre os débitos parcelados.

Wellington Salgado concluiu pela aprovação tendo em vista que hospitais filantrópicos e sem fins lucrativos respondiam em 2001 por 37,4% de todas as internações no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); observou, no entanto, que, apesar da “vasta gama de serviços prestados à sociedade, boa parcela dessas entidades enfrenta grave crise de financiamento há vários anos”.

Caberá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinar a matéria em decisão terminativa.

## Rótulos deverão indicar presença de fenilalanina

Os produtores de alimentos, bebidas, produtos dietéticos e medicamentos deverão colocar advertência em seus rótulos ou embalagens sobre a presença de fenilalanina ou outras substâncias cujo consumo seja contraindicado a portadores de deficiências do metabolismo ou outras doenças. É o que estabelece texto substitutivo do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) a projeto de lei da Câmara (PLC 107/08) aprovado ontem pela CAS. O projeto deverá ser analisado ainda em Plenário.

Nas pessoas que têm a doença fenilcetonúria (deficiência detectada nos recém-nascidos por meio do teste do pezinho), o acúmulo de fenilalanina no sangue causa danos no cérebro.

– Concordamos com a necessidade de que essa determinação ganhe status legal e tenha alcance generalizado, razão por que incluímos as bebidas e os produtos dietéticos na norma proposta – assinalou Papaléo.

O relator entendeu ainda ser necessária a exigência de especificação da quantidade de substância presente em cada dose de medicamento.

## Redução da jornada de trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou quatro requerimentos para realização de audiências, entre eles o que propõe o debate sobre a redução da jornada de trabalho sem redução salarial. O vice-presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), apresentou proposta (PEC 75/03) visando essa redução, atualmente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Outro requerimento aprovado, de Ideli Salvatti (PT-SC), propõe discussão sobre a regulamentação da profissão de comerciante, com o objetivo de instruir os projetos (PLS 115/07 e PLS 152/07) que tratam do assunto. Pedido para realizar audiência sobre diversas questões relativas à produção da uva, importação e exportação, rótulo, preço e, especialmente, o selo fiscal para o vinho também foi acolhido pela CAS.

Foi aprovado ainda debate a ser realizado no âmbito da Subcomissão de Emprego e Previdência sobre a contribuição assistencial aos sindicatos. A matéria (PLS 248/06) já foi aprovada pela CAS, mas vem sendo questionada por centrais sindicais, informou Paim, que requereu a audiência.

## Expedito apela por servidores contaminados

A situação de servidores que trabalharam com o inseticida DDT – já banido – para combater o mosquito transmissor da malária na Amazônia foi destacada por Expedito Júnior (PR-RO).

O senador fez um apelo ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, para que determine que especialistas avaliem a situação de funcionários da antiga Sucam, hoje incorporada à Fundação Nacional de Saúde. Esses servidores trabalharam sem nenhuma proteção na época em que tal inseticida era considerado inofensivo. Atualmente, explicou, há informações de que o DDT tem uma ação cumulativa no organismo humano.

Expedito também pediu que o deputado Vicentinho Alves (PR-TO) – relator de projeto que concede pensão especial para os servidores vítimas do DDT, que tramita em comissão da Câmara – apresente relatório favorável.



Expedito pede aposentadoria especial para quem teve contato com DDT

## Ponte vai estreitar relações com a França, diz Papaléo

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a construção da ponte entre as cidades de Oiapoque, no Amapá, e Saint George, na Guiana Francesa, como forma de estreitar a relação com aquele país e, conseqüentemente, incrementar os negócios entre o Brasil e a União Europeia por meio da França.

O senador disse que a ponte irá se tornar realidade devido à “vontade política de ambas as partes”. O prazo de conclusão da obra é de 16 meses. Papaléo salientou que o Amapá está preocupado com o desenvolvimento sustentável, é um produtor mineral e também abriga produtos da “nova economia ambiental”, como a castanha-do-pará, o açaí e o palmito.

Em aparte, Augusto Botelho (PT-RR) lembrou a inauguração recente de uma ponte entre a Guiana Francesa e Roraima.



Papaléo destaca importância de ligação entre Amapá e Guiana Francesa